



TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

01.01 – Contratação de profissional de engenharia civil, devidamente habilitado e com registro ativo no CREA, para prestação de serviços técnicos especializados consistentes na elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP), projeto básico e memorial descritivo com vistas à futura contratação da reforma das instalações físicas da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe – PE.

2 - JUSTIFICATIVA

02.01 – A contratação de profissional de engenharia civil, com registro ativo no CREA, é necessária para a elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP), projeto básico e memorial descritivo visando à futura reforma das instalações da Câmara Municipal de Santa Cruz do Capibaribe – PE. Esses documentos são exigências legais previstas na Lei nº 14.133/2021, que determina a necessidade de planejamento técnico adequado antes da contratação de obras públicas.

Como a Câmara Municipal não dispõe de engenheiro civil em seu quadro funcional, faz-se imprescindível a contratação de profissional habilitado para garantir a correta avaliação das condições estruturais do prédio e a definição das intervenções necessárias. A medida visa assegurar legalidade, eficiência e economicidade na futura execução da obra.

3 - DA FUNDAMENTAÇÃO

3.1 A fundamentação jurídica da contratação em tela encontra-se prevista no inc. II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 As despesas decorrentes dos serviços constantes do objeto supramencionado, correrão à conta da dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Santa Cruz do Capibaribe- PE, constante da Lei de nº 3.896/2024 e na Lei de Diretrizes Orçamentária, para o exercício financeiro de 2025, na seguinte classificação programática, conforme Demonstrativo contábil do Balancete de Despesa, na data de hoje, perfaz a disponibilidade de:

129002 - Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe

1001 - Corpo Deliberativo e Secretaria

1 31 1 2.9 - Manutenção das Atividades Administrativas

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, verificar-se-á o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico

www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/>;

3. Cadastro de inidôneos do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco no endereço eletrônico <https://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/declaracao-de-inidoneidade>; e

4. Cadastro de inidôneos do Tribunal de Contas da União no endereço eletrônico <https://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos/>.

2. **Para fins de habilitação, deverá ser apresentado os documentos abaixo relacionados.**

1. **Documentação relativa à Habilitação Jurídica:**

1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, juntamente com todas as eventuais alterações, ou se for o caso, **o ato constitutivo e/ou a alteração social consolidada** devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

3. Inscrição do ato constitutivo no órgão competente, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício; e

4. Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2. **Documentação relativa à Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:**

1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

2. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
4. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho; e
5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3. **Documentação relativa à Qualificação Técnica**

1. Registro profissional ativo no CREA-PE, como engenheiro civil.

6. **RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO**

1. Em atendimento ao disposto no art. 75, inc. II, da Lei nº 14.133/2021, a seleção será feita pela oferta do menor valor global.

7. **DA JUSTIFICATIVA DOS VALORES**

1. No caso em apreço verifica-se que a empresa **ARIS SOLAR E ENGENHARIA LTDA – CNPJ: 53.268.981/0001-19** ofertou proposta no valor total de R\$ 13.419,07 (treze mil, quatrocentos e dezenove reais e sete centavos), portanto apresentou o menor preço, conforme o Anexo I - Mapa Comparativo, deste Termo de Referência.

8. **DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

1. O prazo de vigência do contrato será de até o dia 31 (trinta e um) de dezembro de 2025 a contar da assinatura contratual.

9. **DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

1. O profissional contratado será responsável por:

1.1. Realizar visita técnica às instalações da Câmara Municipal para levantamento in loco das condições estruturais, elétricas, hidráulicas, de acessibilidade e funcionais do prédio;

1.2. Elaborar o Estudo Técnico Preliminar (ETP), conforme previsto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2020, contemplando:

- Justificativa da demanda;
- Diagnóstico da situação atual;
- Identificação das possíveis soluções;
- Análise comparativa de alternativas;
- Estimativa preliminar de custos;



- Viabilidade técnica e orçamentária da intervenção;

1.3.Desenvolver o Projeto Básico da Reforma, contendo:

- Planta baixa atual e proposta de intervenção (arquitetônica e, se necessário, complementares);
- Especificações técnicas dos serviços e materiais a serem utilizados;
- Memorial descritivo detalhado da intervenção proposta;
- Cronograma físico-financeiro preliminar;
- Estimativa de custos com base em sistemas oficiais (SINAPI, SEINFRA/PE, TCU ou outros pertinentes);
- Caderno de encargos e quantitativos dos serviços;

1.4.Entregar os documentos em formato digital e impresso, incluindo arquivos editáveis (DWG, DOCX, XLSX) e não editáveis (PDF).

1.5.Requisitos técnicos mínimos:

- Formação em Engenharia Civil, com registro profissional ativo no CREA;
- Experiência comprovada em elaboração de projetos e memoriais de reforma predial;
- Responsabilidade técnica formalizada por meio de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) junto ao CREA.

1.6.Prazo para execução: prazo 30 dias corridos após a assinatura do contrato ou ordem de serviço.

1.7.Objetivo final: Fornecer todos os elementos técnicos necessários à futura licitação da obra de reforma da Câmara Municipal de Vereadores, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), normas da ABNT e demais legislações pertinentes.

10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

1. A Gestão do Contrato ficará sob a responsabilidade da Diretoria Administrativa, através de seu Diretor Administrativo.

2. A fiscalização da execução ficará sob a responsabilidade do servidor JOÃO VICTOR VIEIRA PAIXÃO, Assessor Especial da Administração Nível 02.

3. Caberá ao fiscal:

1. anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
2. informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

3. ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

4. Conhecer plenamente os termos sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Contratante quanto da Contratada;

5. Conhecer e comunicar-se com o preposto da Contratada com a finalidade de dirimir dúvidas no exercício da fiscalização e acompanhamento;

6. Exigir da Contratada o fiel cumprimento de todas as condições assumidas, constantes das cláusulas;

4. Caberá ao Gestor:

1. Autorizar abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Contratada;

2. Emitir avaliação da qualidade do serviço;

3. Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas;

4. Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal;

5. Aplicar sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas apontadas pelo fiscal, garantindo a ampla defesa e o contraditório;

6. Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências legais;

7. Manter controle atualizado do pagamento efetuado, observando que o valor não seja ultrapassado; e

8. Orientar o fiscal para a adequada observância das cláusulas.

9. DA EXECUÇÃO

1. A execução respeitará o disposto nos artigos 115 ao 123 da Lei nº 14.133/2021.

10. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

1. O objeto será recebido:

1. provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade com as exigências; e



2. definitivamente, por servidor pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências.
2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quanto estiver em desacordo.
3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil.

12. DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data da entrada da nota fiscal ou fatura, devendo ser apresentada devidamente atestada e corretamente preenchida, sem rasura.
2. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.
3. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE.
4. Ocorrendo o atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração, fica assegurado à Contratada o direito à extinção do contrato conforme art. 137, §2º, inc. IV da Lei nº 14.133/2021.
5. O processo de pagamento respeitará o disposto nos artigos 141 ao 146 da Lei nº 14.133/2021.

13. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

1. Obrigações do Contratante:
 1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto por intermédio de agente público designado;
 2. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços, utilizando-se da forma escrita; e
 3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o atesto da nota fiscal/fatura.
2. Obrigações do Contratado:



1. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
2. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
3. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução.

14. DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

1. O regime jurídico dos contratos instituído pela Lei nº 14.133/2021 confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas previstas em seu art. 104 - regime jurídico dos contratos.

15. DAS ALTERAÇÕES

1. As alterações obedecerão ao disposto nos artigos 124 ao 126, 129 ao 131 e 134 da Lei nº 14.133/2021.

16. DA PUBLICIDADE, DO CONTRATO E DO FORO

1. Fica sob a responsabilidade do Contratante a divulgação prevista no parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.133/2021.
2. O foro da Seção Judiciária de Santa Cruz do Capibaribe/PE é o competente para solucionar qualquer questão relativa ao presente contrato.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. O cometimento de irregularidades no procedimento ou na execução sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
2. Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:
 1. advertência;
 2. multa;
 3. impedimento de licitar e contratar;



4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 2. as peculiaridades do caso concreto;
 3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
 6. A sanção prevista no subitem 16.2.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no subitem 16.5.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
 7. A sanção prevista no subitem 16.2.2, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 16.5.
 8. A sanção prevista no subitem 16.2.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 16.5.2 ao 16.5.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
 9. A sanção prevista no subitem 16.2.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 16.5.8 ao 16.5.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 16.5.2 ao 16.5.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 16.3.8, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
 10. A sanção estabelecida no inciso IV do subitem 16.3.7 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade competente;
 11. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.3 e 16.2.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem 16.2.2.
 12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além



da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

4. Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

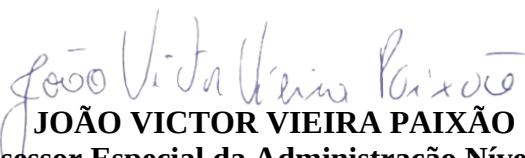
5. Ficará sujeito as penalidades previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das multas previstas neste, no Contrato e nas demais cominações legais, o fornecedor que agir em conformidade com as hipóteses a seguir:

1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
3. dar causa à inexecução total do contrato;
4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



6. Deverá ser observado o disposto nos artigos 157 ao 163 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no que couber.

Santa Cruz do Capibaribe (PE), 29 de julho de 2025.


JOÃO VICTOR VIEIRA PAIXÃO
Assessor Especial da Administração Nível 02.
Câmara Municipal de Santa Cruz do Capibaribe - PE

ANEXO I - Mapa Comparativo

ITEM	DESCRIPTIVOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PESQUISA DE PREÇO - DIRETA			VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL
1	Profissional de engenharia civil, devidamente habilitado e com registro ativo no CREA, para prestação de serviços técnicos especializados consistentes na elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP), projeto básico e memorial descritivo com vistas à futura contratação da reforma das instalações físicas da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe – PE.	SERVIÇO	1	J.C.M. CONSTRUÇÃO LTDA	ARIS SOLAR E ENGENHARIA LTDA	CN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 13 419,07	R\$ 13 419,07
				R\$ 14 700,00	R\$ 13 419,07	R\$ 16 000,00		
				TOTAL	TOTAL	TOTAL		
				R\$ 14 700,00	R\$ 13 419,07	R\$ 16 000,00		
Total							R\$ 13 419,07	

No caso em apreço verifica-se **ARIS SOLAR E ENGENHARIA LTDA – CNPJ: 53.268.981/0001-19**, apresentou o MENOR valor Global.



OBSERVAÇÕES:

1. A consulta foi realizada por meio de por meio de solicitação de cotações a profissionais de engenharia.
2. A metodologia utilizada para obtenção de preço foi o menor preço.